

**“O MANGUE ERA FARTO”: OS IMPACTOS DO PETRÓLEO PARA A PESCA
ARTESANAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR NA COMUNIDADE DO MACACO
(SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA)¹**

Núbia dos Santos Souza²

RESUMO

O artigo é um estudo sobre os impactos da cadeia de exploração petrolífera nas atividades de pesca e na segurança alimentar da comunidade do Macaco, em São Francisco do Conde (BA). Em um primeiro momento, apresentamos a trajetória da comunidade, com ênfase em sua vulnerabilidade histórica diante da alta concentração fundiária do município e da precarização dos manguezais por decorrência da atividade petrolífera iniciada nos anos 1940. Em um segundo momento, apresentamos os resultados da pesquisa cuja metodologia intercalou trabalho de campo, entrevista e aplicação de questionário. Concluimos que a comunidade do Macaco foi fortemente impactada pela cadeia de produção de petróleo em seu território tradicional da pesca, e que isso afeta negativamente não somente a continuidade dos modos de vida ligados à pesca, mas à segurança alimentar comunitária, uma vez que o manguezal e a maré são fontes imprescindíveis de alimento e renda em um contexto que pouco oferece possibilidade de produção agrícola familiar.

Palavras-chave: pesca artesanal - São Francisco do Conde (BA); segurança alimentar - São Francisco do Conde (BA); solos - poluição por óleo - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

The article is a study on the impacts of the oil exploration chain on fishing activities and food security in the Macaco community, in São Francisco do Conde (BA). In a first moment, we present the trajectory of the community, with emphasis on its historical vulnerability in the face of the high land concentration in the municipality and the precariousness of the mangroves due to the oil activity started in the 1940s. In a second moment, we present the results of the research whose methodology interspersed fieldwork, interviews and questionnaire application. We conclude that the Macaco community was strongly impacted by the oil production chain in their traditional fishing territory, and that this negatively affects not only the continuity of livelihoods linked to fishing, but community food security, since the mangrove and the tide are essential sources of food and income in a context that offers little possibility of family agricultural production.

Keywords: artisanal fishing - São Francisco do Conde (BA); food safety - São Francisco do Conde (BA); soils - oil pollution - São Francisco do Conde (BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

² Bacharela em Humanidades e licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende mostrar os impactos da cadeia de produção petrolífera nas atividades ligadas à pesca artesanal da comunidade do Macaco, em São Francisco do Conde, Bahia. A pesquisa é desdobramento do projeto “*Modos de viver e habitar de guaiamuns e gaiamunzeiros nas paisagens de manguezal em São Francisco do Conde- BA*”, no qual atuei como bolsista sob coordenação do professor Rafael Buti. Realizado no ano de 2020, a intenção deste projeto foi conhecer as atividades pesqueiras na comunidade do Macaco e os impactos do petróleo nas áreas de manguezal, com foco em um crustáceo popularmente conhecido por guaiamum³.

As análises aqui apresentadas são desdobramentos dos dados levantados durante a pesquisa. No dia 02 de fevereiro de 2020 apresentamos o projeto à comunidade. Os trabalhos de aplicação do questionário foram realizados nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro daquele ano. O trabalho foi conduzido junto à estudante Camila Freitas, também bolsista do projeto. A metodologia consistiu em visitas às casas das famílias previamente solicitadas, e aplicação do questionário. Nesse momento foram entrevistadas 40 pessoas membras de diferentes núcleos familiares, com faixa etária de 21 a 76 anos. A intenção inicial era abarcar o número maior possível de famílias da comunidade (composta por aproximadamente 100 núcleos familiares), além de fazer acompanhamento etnográfico da pesca do guaiamum nos manguezais.

No entanto, o plano de trabalho foi interrompido em decorrência da pandemia do coronavírus, sem a possibilidade de aplicação de mais questionários e incursões etnográficas ao universo da pesca. As informações levantadas foram organizadas em planilha Excel, que subsidiaram algumas das análises e gráficos que serão apresentados neste trabalho. Além da análise de dados decorrentes da pesquisa de campo, fez-se necessário levantamento de trabalhos acadêmicos que abordassem temas associados aos objetivos propostos, incluindo os referentes aos impactos do petróleo nas áreas de manguezal, pesca artesanal e segurança alimentar.

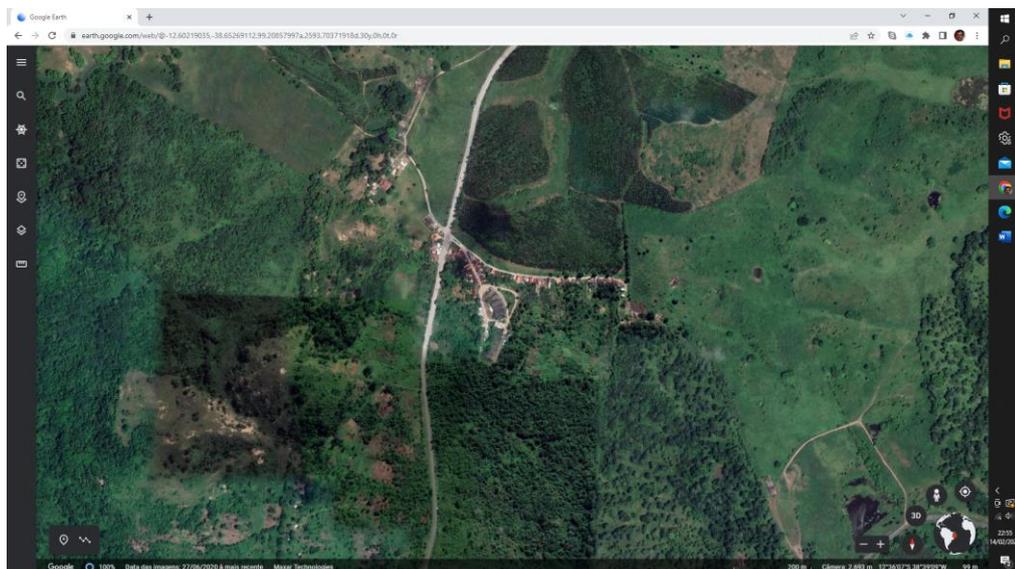
³ Para isso, foi realizado um levantamento sobre o perfil geral da pesca na comunidade e sua relação com o petróleo. A equipe do projeto construiu também um formulário para levantamento de informações quantitativas e qualitativas. O formulário, que está em anexo, foi elaborado através da plataforma Google Drive e contou com o auxílio da professora Carla Craice da Silva. As questões levantadas foram organizadas em torno de 4 temas gerais: 1) Dados Gerais sobre o/a Entrevistado/a; b) Dados Gerais sobre a Pesca; c) Dados sobre pesca de Crustáceos; d) Dados sobre a pesca do Guaiamum.

2 ENTRE A CASA, A ROÇA E A FAZENDA

A escolha da comunidade se justifica por seu meu lugar de moradia, onde eu e meus familiares nascemos e nos criamos. Minha irmã, Milian Santos, também pesquisou sobre a comunidade (SANTOS 2019). Diferente de mim, que lancei um olhar sobre o petróleo, Milian pesquisou os impactos do monocultivo do eucalipto sobre os modos de vida local. Trata-se, portanto, de diferentes impactos vividos pela comunidade oriundos dos modo de produção neoextrativista (SALLES & MILANEZ 2013): de um lado, o monocultivo de eucalipto que passou a ser cultivado no entorno da comunidade a partir de 2012, e de outro, a exploração petrolífera realizada desde os anos 1940.

Essa observação é importante porque explica a situação histórica da comunidade, que está localizada no município de São Francisco do Conde na porção norte da Baía de Todos os Santos, no Recôncavo Baiano. Pertencente à Região Metropolitana de Salvador, este município dista aproximadamente 70 quilômetros da capital baiana. A cidade, juntamente com outros municípios do Recôncavo Baiano, foi um dos principais polos de produção de cana-de-açúcar na América Colonial, sendo historicamente habitado por africanos e afro-brasileiros escravizados para servir aos grandes engenhos. Portanto, somos uma comunidade negra localizada em uma região que serviu ao mercado agroexportador da cana-de-açúcar, marcado pela concentração fundiária, destruição do meio ambiente e escravização dos africanos em benefício das *plantations*.

Figura 1 - Imagem aérea da comunidade no entorno das fazendas



Fonte: Google Earth.

Na comunidade vivem aproximadamente 100 famílias, distribuídas em casas de alvenaria e madeira localizadas nos dois lados de uma das estradas que dá acesso ao portal de entrada da cidade. De acordo com a memória local, as famílias dos atuais moradores vivem no território desde final do século XIX a início do século XX, quando instalaram suas moradias nas margens da fazenda Macaco e Marapé em uma área contígua ao manguezal do Marapé. Boa parte das famílias dos antigos sobrevivia dos trabalhos de corte de cana de açúcar para servir à usina Dom João. Sediada nos antigos domínios de uma abastada família escravocrata dona do Engenho Dom João (BARICKMAN 1988), esta foi uma das principais usinas de produção de açúcar na Bahia do século XX, sendo motivo, inclusive, de denúncias ligadas à exploração e precárias condições de trabalho por parte dos funcionários (AMORIM 2008).

À época do funcionamento da Usina, as famílias plantavam, adubavam e cortavam a cana-de-açúcar cultivada nos vastos canaviais que a contornavam, sobretudo os da fazenda Macaco, Dom João e Marapé. Nas margens destas fazendas em um local próximo de fontes de água e um riacho, passaram a habitar e construir moradia, incluindo pequenas roças de mandioca e um engenho de farinha. As habitações ficaram confinadas nas margens das fazendas, o que restringia o livre acesso para cultivar a terra com roçados. Para tal, sempre foi necessário negociar com os fazendeiros, algo típico das relações assimétricas que constituem o meio rural brasileiro (MOURA 1991).

Até o ano de 2008, por exemplo, os fazendeiros proibiam a construção de casas de alvenaria, apenas de madeira e taipa. Além disso, o lucro da produção colhida geralmente era dividido com o administrador da fazenda. Inclusive, havia roçados que não podiam ser cultivados pelos moradores por um período maior de cinco anos, para que estes não pudessem reivindicar direitos de posse a partir do usucapião. Inúmeros são os relatos de episódios envolvendo a prefeitura da cidade, que a mando dos fazendeiros obrigava policiais a destruírem roçados cultivados pela comunidade. Isso evidencia a condição historicamente vulnerável, transitória e precária dos moradores do Macaco, constituída a partir de relações de poder com as elites políticas e agrárias locais, com dificuldade histórica de fixação no lugar, seja em termos de moradia, seja em termos de trabalho autônomo na terra.

A comunidade do Macaco não é caso isolado da cidade, tendo em vista que São Francisco do Conde está entre os municípios com maior concentração fundiária da Bahia (GEOGRAFAR 2015). Isso explica por que a produção de agricultura familiar na cidade é insipiente (NASCIMENTO 2020) a despeito da baixa densidade demográfica, relacionada a alta concentração fundiária e ao poder de mando dos grandes proprietários. Um estudo recente

de Naiane Pinto (2019) contextualiza episódios de despejo de sua própria família e demais membros da comunidade quilombola de Dom João, nos anos 1980. Como o Macaco, a comunidade Dom João também é remanescente dos trabalhos na Usina Dom João, sendo seus moradores perseguidos e expulsos pela prefeitura a mando dos fazendeiros. A este fenômeno ligado aos processos de desterritorialização das comunidades negras, Naiane chamou de “diáspora interna”, marcada pela condição de vulnerabilidade e transitoriedade destas em relação aos grandes proprietários.

3 ENTRE O MANGUE E A TRINCHEIRA

As famílias do Macaco sempre intercalaram as lidas na terra roçada com as lidas no mar, sobretudo a coleta de mariscos e caranguejos localizados nos manguezais do Marapé e Dom João, próximo dois quilômetros das residências. A pesca artesanal e a agricultura familiar sempre foram os principais meios de garantir a segurança alimentar das famílias, constituindo-se como importantes dimensões da identidade do grupo.

Com o fechamento da usina Dom João nos anos 1960, os moradores passaram a buscar outros meios de sobrevivência, continuando a trabalhar nas fazendas vizinhas e praticar a agricultura familiar ao redor da casa e nas margens das fazendas sob concessão dos fazendeiros. Além de mandioca, as famílias plantavam para venda quiabo, jiló, andu, mangalu, feijão de corda, batata, pimenta, entre outros. Porém, estas, por si só, não davam conta de alimentar toda a comunidade, o que fez com que a atividade da pesca fosse ganhando importância maior para a segurança alimentar. As roças eram a maior forma de obtenção de alimentos, e o mangue complementava esse ciclo com a produção do pescado, sobretudo sururu, ostra, caranguejo, siri e guaiamum.

Com o passar dos anos, o trabalho nas fazendas também foi diminuindo, tendo em vista que os canaviais foram dando lugar a monocultivos com menor demanda de mão de obra, como bambuzal e eucalipto, além da pecuária. Os moradores começaram a vender os pescados e os frutos das roças na cidade e em municípios vizinhos, incluindo a capital Salvador. Dona Rosa, moradora nascida e criada na comunidade com 59 anos de idade, fez o seguinte relato durante uma entrevista realizada em fevereiro de 2020: “eu mesma criei meus oito filhos com balaio na cabeça, subindo e descendo a Saramandaia e Avenida Ilma em Salvador. O mangue era farto, em poucas horas conseguíamos marisco o bastante”.

Segundo dona Rosa, que criou seus oito filhos “*com balaio na cabeça*”, o “*mangue era farto*”. Hoje não é mais e por um motivo principal. Esta região, que serviu aos escravocratas e engenhos de açúcar durante mais de 300 anos, passou a ser o principal polo nacional de produção do petróleo comercial a partir dos anos 1940. Nessa época foram descobertos três campos petrolíferos que transformaram radicalmente não somente os modos de vida da população, mas os territórios de manguezal da região. Trata-se do campo Candeias - que abarca uma área de terra, manguezal e mar nos municípios de Candeias e São Francisco do Conde, além da ilha de Maré em Salvador - e dos campos Dom João Terra e Dom João Mar - que abrangem uma área de terra, manguezal e mar, incluindo a ilha de Cajaíba em São Francisco do Conde (ANP 2016; ANP 2016a; ANP 2016b).

Além de poços e estações de petróleo, no campo Candeias está sediada a refinaria Landulpho Alves, construída sobre uma área de manguezal nos anos 1950. Já os campos Dom João Terra e Dom João Mar estão localizados sobre lugares historicamente usados pela comunidade para a pesca artesanal: os manguezais de Dom João e Marapé. Além de poços de produção de petróleo, ali estão instalados a Estação de Tratamento Marapé e a Trincheira de Marapé. A Trincheira produz o petróleo dentro do manguezal. Este petróleo é levado por um sistema de dutos à Estação (localizada ao lado do portal de acesso da cidade), sendo posteriormente transportado à refinaria Landulpho Alves por caminhões.

Figura 2 - Trincheira de Marapé



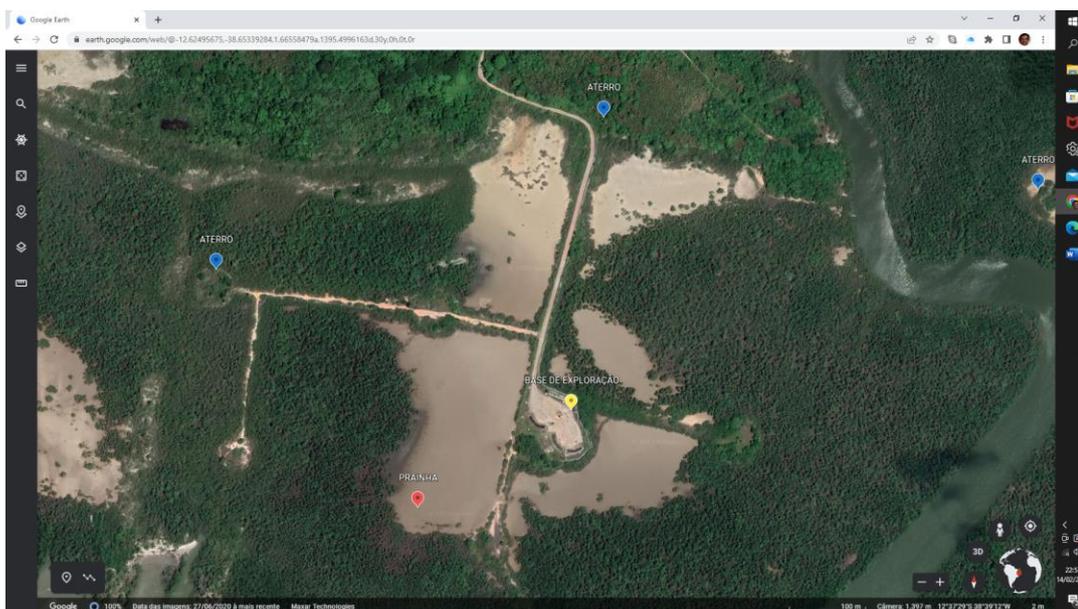
Fonte: Buti (2020).

Como mostra Buti (2020), a instalação da Trincheira Marapé transformou radicalmente o ambiente da pesca artesanal neste manguezal, seja pelos aterros construídos

sobre o mangue que provocaram a transfiguração da paisagem e morte de muitas espécies, seja pela quantidade de mangues mortos por contaminação dos vazamentos. Estes mangues mortos são localmente conhecidos por “*prainhas*”, localizados nas feições mais lamacentas deste ecossistema, onde se encontram as árvores de mangue. Segundo este autor, este padrão de destruição está presente em boa parte da zona costeira da cidade.

Figura 3 - Imagem aérea dos impactos do petróleo no manguezal do Marapé.

Em amarelo, a Trincheira de Marapé; em vermelho, os mangues mortos; em azul, os aterros



Fonte: Google Earth.

Figura 4 - Mangue morto por petróleo na Trincheira de Marapé



Fonte: Buti (2020).

Marapé não é um caso isolado em São Francisco do Conde, abarcando diferentes localidades na Baía de Todos os Santos, sobretudo na sua porção norte. Em estudos sobre os impactos do petróleo nessa região, Anjos et al (2014) definem seus ambientes costeiros como áreas de dinamismo e fragilidade em contínua transmutação impulsionada e/ou provocadas por “acidentes” oriundos das atividades petrolíferas. Tais atividades em manguezais ameaçam as espécies que ali habitam, comprometendo assim as populações que pescam e consomem os recursos naturais proveniente do mar (ANJOS et al 2014).

Em pesquisa recente sobre os impactos da cadeia petrolífera na ilha de Maré, Rodin (2021) enfatiza que as comunidades pesqueiras da ilha se encontram envolvidas em inúmeros conflitos socioambientais. Por isso ela chama a região de “zona de sacrifício do capital”, enquanto lugares onde vidas valem menos. A zona de sacrifício é racialmente definida, porque diz respeito à territórios majoritariamente habitado pela população negra. Trata-se, portanto, de racismo ambiental (CHAVIS 1993; BUTI 2020). Essas observações nos permitem compreender que os conflitos socioambientais não são ocorrências isoladas ou feitos extraordinários, pelo contrário, são um projeto cotidiano e contínuo que atinge desproporcionalmente as comunidades negras da Baía de Todos os Santos. A comunidade do Macaco é uma delas.

4 DADOS PRODUZIDOS JUNTO AOS/ÀS ENTREVISTADOS/AS

Durante a apresentação do projeto em reunião realizada em fevereiro de 2020, um dos moradores presentes afirmou não somente a diminuição de algumas espécies de crustáceos no manguezal, mas mudanças em seus modos de ser, sobretudo do guaiamum, que com o passar dos anos foi ficando mais lento, menor e fraco. Em linhas gerais, os pescadores e marisqueiras da comunidade do Macaco apontam que existe hoje grandes dificuldades de se encontrar pescado e mariscado nas localidades usadas tradicionalmente para a pesca, sobretudo no Marapé. Isso é decorrência das transformações drásticas ocorridas com a atividade pesqueira nos últimos 50 anos, ligadas à precarização dos ambientes de pesca em decorrência do petróleo.

Dos/as 40 moradores/as entrevistados/as, 23 eram mulheres e 17 homens. 80% se autodeclararam pretos, e 15%, pardos. Trata-se, nesta amostragem, de um percentual de 95% de habitantes negros, considerando as categorias censitárias do IBGE. Este dado se aproxima dos

números da população negra do município de São Francisco do Conde, conforme o último censo do IBGE de 2010.

Grande parte dos moradores é filha de pescadores, muito embora estes sempre tenham vivido na informalidade. Os/As entrevistados/as pescadores/as afirmaram não conhecer o seguro defeso e não possuir carteira de pescador. Essa dificuldade de obter informações contribui para que os mesmos não se reconheçam como parte importante no processo histórico da pesca no município, além de estarem desassistidos dos canais de direito dos trabalhadores da pesca.

Como mostra o Gráfico 1, do universo dos/as 40 entrevistados/as, 35% afirmam pescar, seja ocasionalmente (15%), seja com frequência (20%). Já o Gráfico 2 capta o universo dos/as entrevistados/as que não pescam. Destes, 45% afirmaram que pescavam, mas abandonaram a prática. Parte destes enfatiza o abandono das atividades pela diminuição da ocorrência das espécies no manguezal.

Gráfico 1 - Percentual de entrevistados/as que pescam atualmente

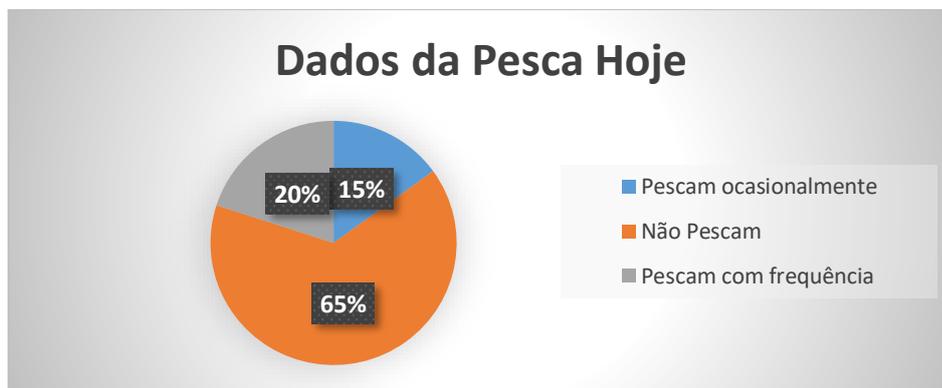
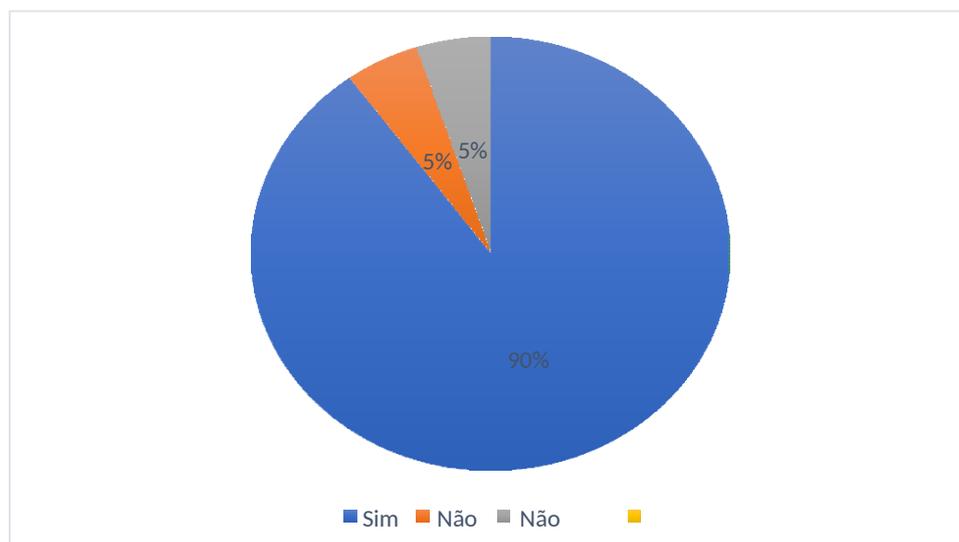


Gráfico 2 - Percentual de entrevistados/as que abandonou a atividade da pesca



Para a maioria dos/as entrevistados/as, essa diminuição dos crustáceos e mariscos se deu a partir da intensificação das atividades de petróleo no mangue. Dentre os principais problemas apontados, o derramamento de petróleo aparece em todas as falas. Dentre o total de entrevistados, 90% informaram que as instalações de petróleo prejudicaram as áreas de pesca no manguezal, conforme o Gráfico 3. 5% destes acreditam que as atividades de petróleo não contaminaram os manguezais, e 5% não souberam responder.

Gráfico 3 – Percentual de entrevistados/as que acreditam que as atividades petrolíferas prejudicaram a prática da pesca no manguezal



Já em relação aos/às entrevistados/as que praticavam ou praticam a pesca, 70% afirmaram que foram diretamente prejudicados pelas atividades de petróleo no mangue. Apenas 5% afirmaram não terem sido prejudicados, e 25% não souberam responder. Esses dados nos levam a perceber como a comunidade do Macaco vem sendo diretamente atingida ao longo dos anos pelos impactos da cadeia de exploração do petróleo. Estes impactos são invisibilizados ou camuflados à ponto das pessoas não perceberem seus efeitos negativos.

No tocante à captura de guaiamuns, 57% dos/as entrevistados/as responderam positivamente à existência de guaiamuns nos território de pesca da comunidade, e 82% afirmaram a existência de gaiamunzeiros. 85% reconhecem que os guaiamuns vem desaparecendo nos últimos anos. De acordo com os/as entrevistadas/os, os guaiamuns foram sendo dizimados, ou migraram em busca de novos lugares, na medida que as bases de petróleo passaram a se instalar na localidade do Marapé. De acordo com os relatos, há

15 e 30 anos a quantidade de guaiamuns nas localidades da Baixa Fria, Monte Recôncavo, Dom João e Marapé era inúmeras vezes maior que a de hoje. Ou seja, há uma percepção geral de que guaiamuns estão diminuindo. As percepções dos fatores desta diminuição estão associados ao petróleo. Além dele, são fatores de diminuição do guaiamum, em menor escala, o desmatamento, a poluição do mangue e a sobrepesca.

Com relação ao perfil etário dos/as entrevistados/as, 63% destes tem entre 41 e 76 anos (Gráfico 4). Destes, 62% afirmam já ter praticado a atividade pesqueira em algum momento da vida. Alguns deles informaram que não se sentem motivados a passar a atividade a seus filhos e netos, pois o mangue já não oferece mais as condições de trabalho e de renda familiar como nos tempos de outrora. Este dado ressoa nas respostas obtidas junto aos/às entrevistados/às mais jovens, com idade entre 21 a 40 anos, que corresponde a 15 pessoas entrevistadas (Gráfico 5). Destas, 44% afirmam ter exercido ou exercer a atividade da pesca, enquanto 56% afirmam nunca ter pescado. Entre os principais motivos para não pescar, estão a falta de ensinamento e apoio dos mais velhos, vinculado à perda de ocorrência das espécies no manguezal.

Gráfico 4 - Percentual de entrevistados/as entre 40 e 76 anos que pescam ou pescaram

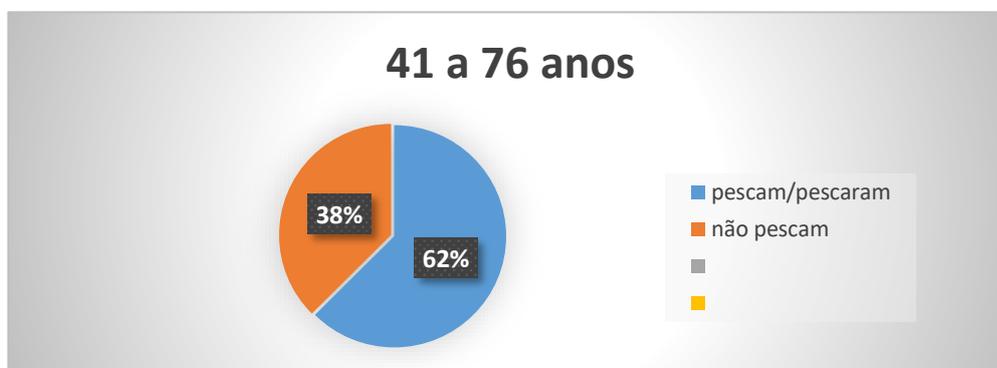


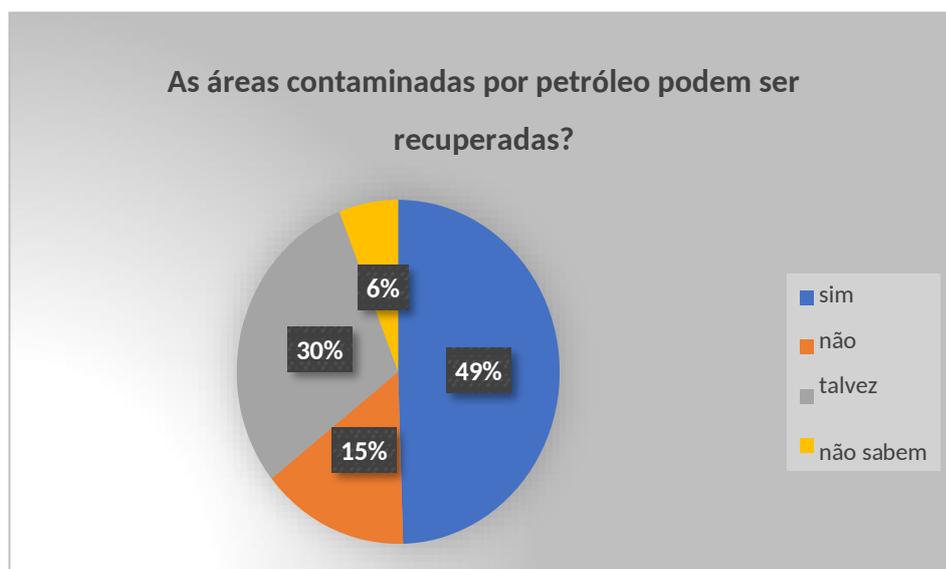
Gráfico 5 - Percentual de entrevistados/as entre 21 e 40 anos que pescam ou pescaram



A diferença nas respostas entre as duas faixas etárias pode ser um indicativo da diminuição da prática da pesca ao longo das gerações, uma vez que a maioria dos/as entrevistado/as de 21 a 40 anos afirmou que seus antepassados retiravam do mangue o sustento da família, algo que não ocorre nos dias de hoje. Muito embora parte dos/as entrevistados/as admitam pescar, não colocam essa atividade como sua profissão, pois segundo os mesmos, a atividade não gera mais renda, tendo em vista que o pescado sequer dá para o sustento próprio. Alguns associam a diminuição da prática da pesca aos problemas associados ao mangue, que pelo fato de não ser tão produtivo quanto antes fez com que os moradores rejeitassem a atividade. No caso, os pais pescavam porque aprenderam com os avós quando crianças, mas ficaram desmotivados de passar a atividade aos seus filhos ainda quando crianças.

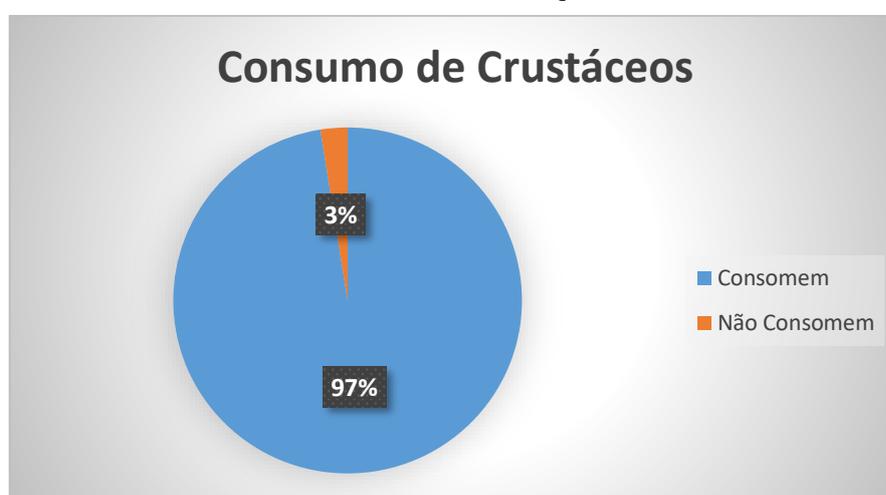
Como pudemos ver a partir das respostas dos/as entrevistados/as, tudo indica que a precarização do manguezal determinou em perda do tecido social vinculado à prática da pesca no mangue, implicando desestímulo para a continuidade da pesca artesanal para parcela considerável da comunidade. A comunidade se mostrou preocupada com atual situação do manguezal, e está disposta a ajudar em projetos de recuperação do mesmo. O Gráfico 6 mostra que 49% dos entrevistados acreditam que essas áreas podem ser recuperadas. 15% entendem que não, 30% talvez e 6% não souberam responder.

Gráfico 6 - Percentual de entrevistados/as que acreditam que as áreas contaminadas por petróleo podem ser recuperadas



Outro dado importante é em relação ao consumo dos mariscos, com recorte específico para crustáceos como caranguejos, siris, guaiamuns e aratus. Como ilustrado no Gráfico 7, dos/as 40 entrevistados/as, 97% informaram consumir estas espécies. Ou seja, embora a atividade pesqueira esteja diminuindo em decorrência dos impactos ambientais nos manguezais, a comunidade continua dependente do manguezal para sua segurança alimentar. Este dado indica tanto a perda da autonomia comunitária para a aquisição dos mariscos (tendo que depender de terceiros para o consumo) quanto os perigos associados ao consumo de espécies possivelmente contaminadas por petróleo.

Gráfico 7 – Percentual de entrevistados/as que consomem crustáceos



Podemos afirmar, portanto, que mesmo havendo diminuição da atividade pesqueira na comunidade vinculada a precarização do ecossistema manguezal por parte do petróleo, parece não ter havido diminuição do consumo, embora formas de aquisição tenham sido alteradas. Concluimos, portanto, que a comunidade do Macaco, assim como outras comunidades vizinhas, sofrem com a devastação do mangue ocasionada pela cadeia de exploração do petróleo, e que medidas de recuperação que incluam as perspectivas e os conhecimentos locais se fazem necessárias.

5 INSEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE A FAZENDA E A TRINCHEIRA

Por ser um município com PIB elevado devido aos royalties do petróleo, São Francisco do Conde deveria ter a população mais bem alimentada do Estado. No entanto, a

realidade é bem diferente. A alta concentração fundiária do seu território produziu um cenário incipiente da agricultura familiar. Isso em parte explica por que a população franciscana vive em constante vulnerabilidade alimentar: não há acesso à terra. Como pudemos mostrar, a comunidade do Macaco é um exemplo disso, tendo em vista que historicamente teve que negociar com os fazendeiros para poder produzir seu alimento.

A questão agrária levou uma parte considerável da população a depender das áreas de manguezal para sua sobrevivência. E a comunidade do Macaco é, também, um exemplo disso. No entanto, os manguezais estão entrincheirados pelo petróleo, contaminados. Essa condição vulnerável entre fazenda e petróleo tem implicação na relação que a comunidade historicamente estabeleceu com seus meios de produção de alimento, seja em terra, seja em mar. O que implica relacionarmos a falta de autonomia na produção de alimentos com o debate sobre soberania e segurança alimentar.

De acordo com Valério (2015), soberania alimentar é a capacidade de cada país produzir seu próprio alimento em condições, quantidade e qualidade suficiente para alimentar seus habitantes, levando em consideração seus modos de vida, sobretudo seus hábitos alimentares. Nascido no início do século XX na Europa, o conceito permitiu compreender as dinâmicas da produção alimentar a partir das relações de poder geopolíticas, tendo em vista que a nação que dominasse os meios de produção do alimento teria maior poder de negociação e poderia ditar as regras do mercado econômico. A partir do conceito surgiram também diversas discussões a fim de minimizar as vulnerabilidades alimentares de alguns Estados Nações (VÁLERIO 2015).

Para este autor, o conceito nunca resultou na solução do problema da fome e da insegurança alimentar no planeta. Do contrário, essas discussões corroboraram para fortalecer o mercado econômico de maneira a beneficiar os grandes produtores agroindustriais e, de maneira indireta, a cadeia petrolífera dela dependente. Deste modo, o grande volume necessário para que os alimentos sejam transportados faz com que estes tenham seus preços elevados, ficando as regiões mais pobres do planeta com dificuldades de acesso.

No Brasil, essa discussão iniciou-se em 1938, com os primeiros inquéritos alimentares criados por Josué de Castro a fim de demonstrar como a fome era (ainda é) uma questão exclusivamente política. Isto teve desdobramento nos processos de responsabilização do Estado a partir de políticas públicas voltadas à segurança alimentar. No país, a segurança alimentar e nutricional é definida como a

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2006).

Ainda que seja constitucionalmente previsto, o acesso ao alimento saudável, sustentável e nutricional não é realidade para toda a população brasileira. Segundo Maluf e Luz (2017), a insegurança alimentar e nutricional no Brasil se manifesta de diferentes formas em percentual significativo de domicílios. Entre 2017 e 2018, a insegurança alimentar de nível grave voltou a crescer, atingindo 4,6% das famílias brasileiras, o que implicou o retorno do país ao mapa da fome (MALUF, 2021). Entre as famílias mais atingidas pela vulnerabilidade alimentar, estão as comunidades pobres e periféricas das grandes cidades, ou aquelas situadas em contextos rurais sem produção da agricultura familiar ou com baixa integração aos demais espaços municipais que organizam a oferta de bens e serviços públicos. Aqui incluem-se as comunidades negras e quilombolas (FEC-UF 2013).

Aqui inclui-se, também, o Macaco, esta comunidade negra, rural e pesqueira alijada de seu direito de trabalhar a terra e o mangue de forma autônoma. Com foco no universo da pesca, esta pesquisa buscou contextualizar a comunidade como grupo vulnerável e desigualmente exposto às contaminações. Pudemos mostrar, através da comunidade do Macaco, que a cadeia de exploração petrolífera vem prejudicando uma prática fundamental para a segurança alimentar e o trabalho dos moradores da cidade, colocando-os em situação de vulnerabilidade e risco.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Campo Candeias, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Campo Dom João, 2016a.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Campo Dom João Mar, 2016b.

AMORIM, Liliane Alves de. *Memórias e trajetórias da cana-de-açúcar na Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ANJOS, José Ângelo Sebastiao; MIRANDA, Lorena Suede; MOREIRA, Ícaro Thiago Andrade. Avaliação de tecnologia de remediações em zonas costeiras impactadas pela indústria de petróleo. UFBA, janeiro/dezembro de 2014.

BARICKMAN, Bert Jude. “Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”. Afro-Ásia, 21-22: 177-238, 1998-1999

BUTI, Rafael Palermo. “Imagens do Petroceno: habitabilidade e resistência quilombola nas infraestruturas do petróleo em manguezais do Recôncavo da Bahia”. Amazônica, Revista de Antropologia, Belém, v. 12, n. 1: 277-301, 2020.

CHAVIS, Benjamin. Foreward. In: BULLARD, R. (org.), *Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots*. Boston/Mass: South and Press, 1993, p. 3-5.

Diário Oficial da União. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília; 2006. BRASIL.

FEC-UFF - FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas, 2013.

GEOGRAFAR. 2015. Comunidade negra rural quilombola Porto de Dom João: Relatório Preliminar. UFBA.

MALUF, R. S. Sobre o Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e fome no mundo e no Brasil. [periódico eletrônico] Disponível

<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2020/10/MalufR-Sobre-o-Dia-Mundial-daAlimenta%c3%a7%c3%a3o.pdf>, 2021.

MALUF, R. S. LUZ, L. F. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In Renato Maluf e Georges Flexor (Orgs). *Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: Conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2017

MOURA, Margarida Maria. Liberdade e Igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política. In: *Cadernos CERU*, N. 3 – SÉRIE 11, 1991.

NASCIMENTO, Wanderson dos Santos. Segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar: o caso de São Francisco do Conde, Bahia. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

PINTO, Naiane. J. Território Falante: uma escrivência das experiências e (r)existências do Quilombo Dom João. TCC, Licenciatura em Ciências Sociais, Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2019.

RODIN, Patrícia; NTERSECCIONALIDADE EM UMA ZONA DE SACRIFÍCIO DO CAPITAL: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS, QUILOMBOLAS E MARISQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ, BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BAHIA,

BRASIL; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2021.

SALLES PEREIRA DOS SANTOS, R.; MILANEZ, B. “NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração”. Revista Pós Ciências Sociais, [S. l.], v. 10, n. 19, 2013.

SOUZA, Milian dos Santos. ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA COMUNIDADE DO MACACO COM A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO (SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades. 2019.

VÁLERIO, Valmir J de Oliveira; SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: DEMARCAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR; 2015.

APÊNDICE

Modelo do Questionário Aplicado na Comunidade

Formulário Sobre a Pesca

(Comunidade do Macaco, São Francisco do Conde-BA)

1- Dados Gerais

- 1.1 Nome/Idade/Naturalidade/Escolaridade/Pertencimento Racial/Profissão:
- 1.2 Nome do (a) Cônjuge/Idade/Naturalidade/Escolaridade:
- 1.3 Filhos:
- 1.4 Tempo de Moradia no local:
- 1.5 Número de Membros na casa:

2- Dados Gerais sobre a Pesca

- 2.1 Para o (a) senhor (a), quais os tipos de pesca na cidade?
- 2.2 O (a) senhor (a) compreende a prática de captura de guaiamuns, caranguejos, siris, aratus nas áreas de manguezal como uma atividade de pesca?

- 2.3 (a) senhor (a) pesca? Sim ou Não

Se pesca:

- 2.4 O que ?
- 2.5 Para Venda ou Consumo ? Se vende, a quanto vende?

- Se vende, onde vende?

- 2.6 Com que material pesca ?
- 2.7 Onde Pesca ?
- 2.8 Sozinho (a) ou acompanhado (a) ?
- 2.9 Como se desloca para pescar?
- 2.10 Com que idade começou a pescar?
- 2.11 Possui carteira de pescador/Desde quando ?
- 2.12 Conhece o Seguro Defeso?
- 2.13 Possui o Seguro Defeso/Desde quando ?

Se não pesca:

- 2.14 Por que ?
- 2.15 Já pescou ?

Se Pescava:

- 2.16 O que pescava ? Onde pescava? Por que parou ?

3 - Dados sobre pesca de Crustáceos

- 3.1 O (A) senhor (a) consome caranguejo, siri, guaiamum e aratu ?
- 3.2 Se sim, como adquire ?
- 3.3 Conhece a procedência dos crustáceos consumidos ?

4 - Dados sobre Guaiamum

- 4.1 Existem Guaiamuns na sua comunidade?
- 4.2 Existem gaiamunzeiros na sua comunidade?
- 4.3 Conhece os lugares onde se pesca guaiamum ?
- 4.4 O(a) senhor(a) acha que está havendo diminuição dos guaiamuns ?
- 4.5 Se sim, por quais fatores ?
- 4.6 Conhece os lugares onde se pescava guaiamum ?

5 - Dados sobre Petróleo e Manguezal

- 5.1 O(a) senhor(a) acha que as instalações de petróleo prejudicaram as áreas de pesca no manguezal?

Se Sim:

- 5.2 Por que ?
- 5.3 Quais os nomes desses lugares?
- 5.4 O que aconteceu nessas áreas?
- 5.5 A pesca do guaiamum foi prejudicada?
- 5.6 O(a) senhor(a) acha que é possível recuperar as áreas prejudicadas pelo petróleo?
- 5.7 O(a) senhor(a) pescava nessas áreas ?

Se sim

- 5.8 O(a) senhor(a) foi diretamente prejudicado pelo petróleo?
- 5.9 O(a) senhor(a) acha que é possível recuperar essas áreas?

Se sim

- 5.10 Como?
- 5.11 O que a Universidade pode contribuir para a recuperação e proteção das áreas de pesca no manguezal